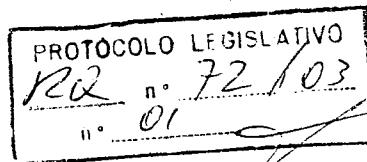


*Sidneu
05/02/03*

REQUERIMENTO N° , RQ 72/2003
(vários Deputados)

a Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
a Assessoria de Plenário.

ent: 05/02/2003



Requer a instauração de *Comissão Parlamentar de Inquérito* destinada a investigar as denúncias de irregularidades, ilegalidades, superfaturamento e desvio de dinheiro público, inclusive para a campanha eleitoral de 2002, relacionados com contratos de prestação de serviços das empresas Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. e Linknet Informática Ltda., com o Instituto Candango de Solidariedade e com o Governo do Distrito Federal, no período de 1999/2002, bem como o envolvimento de autoridades públicas.

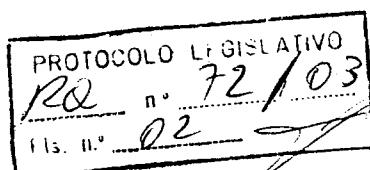
01. Os parlamentares adiante subscritos, nos termos do art. 68. § 2º da lei Orgânica do Distrito Federal e art. 72, 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar as denúncias de irregularidades, ilegalidades, superfaturamento e desvio de dinheiro público, inclusive para a campanha eleitoral de 2002, nos contratos de prestação de serviços das empresas Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. e Linknet Informática Ltda., com o Instituto Candango de Solidariedade e com o Governo do Distrito Federal, no período de 1999/2002, bem como o envolvimento de autoridades públicas, consubstanciadas em diversas denúncias reiteradamente veiculadas pela imprensa local e nacional (reportagens em anexo), bem como em investigações do Ministério Público Federal e Ministério Público do Distrito Federal.

02. REQUEREMOS, ainda ao Plenário, desta Augusta Casa Legislativa, autorização para que a presente "CPI" requisite, em caráter

K B

transitório, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a participação de um Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, bem como, de funcionários de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública direta, indireta e fundacional do Distrito Federal, podendo inclusive, solicitar a cessão, nas mesmas condições, de servidores dos Poderes Federais, necessários à execução dos trabalhos.

03. REQUEREMOS por fim, a tramitação em regime de URGÊNCIA desta Proposição.



JUSTIFICAÇÃO

Desde 1999, e sobretudo mais recentemente, o Distrito Federal tem sido manchete na mídia nacional. Lamentavelmente o assunto em tela não nos causa nenhum orgulho, muito pelo contrário, envergonha-nos profundamente.

Tratam-se de denúncias de irregularidades, ilegalidades, superfaturamento e desvio de dinheiro público, inclusive para a campanha eleitoral de 2002, nos contratos de prestação de serviços das empresas Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. e Linknet Informática Ltda., com o Instituto Candango de Solidariedade e com o Governo do Distrito Federal, no período de 1999/2002, bem como o envolvimento de autoridades públicas, revelando nefastos atos de improbidade administrativa.

A Polícia Federal, com ordem judicial, em fins de 2002, apreendeu oito caixas de documentos na sede das empresas Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., e Linknet Informática Ltda., que de acordo com o Ministério Público Federal foram usadas para fazer o desvio de dinheiro dos cofres do Governo do Distrito Federal para a campanha eleitoral de Joaquim Roriz em 2002.

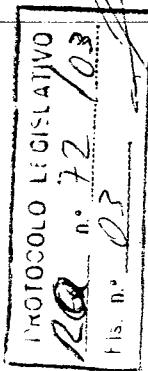
A row of handwritten signatures and initials in black ink, likely belonging to the members of the Legislative Assembly mentioned in the text. The signatures are stylized and vary in size.

Os documentos mostram como funcionou o esquema que desviou o dinheiro público para os cofres da campanha do Governador Joaquim Roriz, que se utilizou do Instituto Candango de Solidariedade para contratar veículos usados na campanha, montar comitês eleitorais e pagar salários de cabos eleitorais, através das empresas Adler e Linknet.

Os recursos usados na campanha de Joaquim Roriz, segundo o Ministério Público Federal, saíram basicamente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) e da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal. Esses órgãos teriam repassado o dinheiro para o Instituto Candango de Solidariedade, criado para possibilitar a contratação de servidores sem concurso público e também para servir de intermediário na aquisição de mercadorias e na contratação de serviços sem licitação. O repasse era feito para as empresas Adler e Linknet, por intermédio de convênio com o Instituto Candango. Segundo o Ministério Público as empresas emitiram muitas notas fiscais de serviços superfaturados e/ou que jamais foram prestados.

De acordo com as investigações do Ministério Público Federal, antes de chegar aos cofres da campanha de Joaquim Roriz, o dinheiro público desviado percorria um longo caminho. O tesouro do Distrito Federal liberava os recursos para a Codeplan e outros órgãos do GDF, que por sua vez repassavam o dinheiro para o Instituto Candango. A partir do instituto, o dinheiro era repassado para as empresas Adler e Linknet, que se encarregavam de transferi-lo para o tesoureiro da campanha do Governador, candidato à reeleição.

A relação do Instituto Candango com a Adler começou em 1999. Na época, a empresa fez um contrato de 1 milhão de reais com o instituto para prestar serviços de informática. Posteriormente, esse contrato foi aumentado para 3 milhões e, depois, para 4 milhões de reais. Em 2001, o contrato subiu para 10 milhões de reais. Foram tantos os aditivos ao contrato original, que, em 2002, o valor total do contrato chegou a 18 milhões de reais. Mesmo assim, a direção do Instituto Candango admite ter pago para a Adler mais de 22 milhões de reais para a prestação de serviços de informática. É dinheiro suficiente para comprar cerca de 15 mil computadores multimídia e equipados para Internet. Todavia, o contrato referia-se a serviços muito mais singelos do que a aquisição de equipamentos.



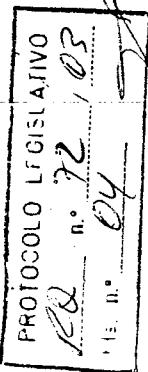
Nas notas fiscais constavam apenas "Serviço de instalação de rede lógica e rede elétrica para informática". As notas não especificavam o local onde o serviço fora prestado. Os valores dessas notas fiscais também impressionam. Eles variam de 102 mil reais a 1 milhão 737 mil reais. Constatou-se também o envolvimento da empresa Adler com a montagem de infra estrutura de comitês eleitorais da chapa Roriz/Abadia, bem como o fornecimento de materiais de campanha.

A Linknet Informática Ltda. também foi contratada sem licitação pelo Instituto Candango de Solidariedade para prestar serviços na área de informática. O contrato foi assinado no valor de 2,5 milhões, mas sofreu tantos aditivos que quase alcançou a casa dos 30 milhões de reais. Existem fortes indícios que a Linknet seja a "controladora indireta" do Instituto Candango, uma vez que de acordo com documentos apreendidos na empresa pela Polícia Federal, todas as contas do instituto relativas a 2000 foram encaminhadas à apreciação de diretores da empresa.

Além de todas essas irregularidades, veio à tona outra falcatrua com o dinheiro público. No início do ano passado a Linknet Informática alterou seu registro na Junta Comercial do Distrito Federal, fazendo constar de suas atividades como empresa, a locação de veículos. Além da expansão brusca de atividade (de prestação de serviços de informática para locação de veículos), a Linknet, em sua nova atividade, encontrou apenas um cliente. Mas um grande cliente, que fez com ela um grande contrato: nada mais que o mesmo Instituto Candango de Solidariedade.

De acordo com o apurado, entre maio de 2001 e dezembro de 2002, a Linknet faturou, junto ao Governo do Distrito Federal, nada menos do que 36,5 milhões de reais pela locação de veículos e prestação de serviços. Coincidemente os maiores pagamentos efetuados pelo Instituto Candango para a Linknet aconteceram após o mês de julho do ano passado, quando começou a campanha eleitoral. Só no mês de julho foram emitidas notas em favor da Linknet no valor de 8,7 milhões de reais. Em agosto, foram mais 4,4 milhões; em setembro, 8,9 milhões; em outubro, 18,5 milhões de reais.

Vários desses veículos locados, que deveriam estar a serviço de órgãos do GDF, foram flagrados fazendo campanha eleitoral e



transportando materiais de campanha, tendo sido multados diversas vezes por "pardais", que os fotografaram.

O absurdo do descaso com o dinheiro público chega ao ponto de que, além de colocarem em risco a vida da população, furando sinais fechados e trafegando em alta velocidade, em nome da campanha de Joaquim Roriz, geraram multas que estão sendo pagas pelo próprio Governo, com o dinheiro do contribuinte. Para o pagamento dessas multas foram emitidas as notas fiscais nºs 196 a 344, ou seja, o Instituto Candango pagou as multas sofridas pelos veículos da Linknet a serviço da campanha de Joaquim Roriz com o dinheiro público.

Outro absurdo que saltou aos olhos do Ministério Público foram as elevadas notas fiscais relativas a salários de operadores de computador e consultores, com valores muito acima do mercado.

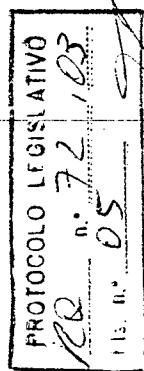
Só no mês de julho/2002 o Governo do Distrito Federal pagou pela mão-de-obra de informática cerca de 3,3 milhões de reais para a Linknet. Em setembro foram pagos mais 3,3 milhões de reais e, em outubro, 3,07 milhões.

Já em junho de 2001, em relação ao mesmo montante de horas trabalhadas, foram gastos 508 mil reais em salários. Já em junho de 2002 (quando estava sendo deflagrado o processo eleitoral), foram gastos quatro vezes mais - 2,3 milhões de reais.

De acordo com o Ministério Público Federal, além do Instituto Candango, o Governo também desviou dinheiro para essas empresas por intermédio da Secretaria de Gestão Administrativa, totalizando mais 17 milhões nos meses de setembro e outubro/2002.

A necessidade de angariar fundos para a campanha de Joaquim Roriz a qualquer custo fez com que os meliantes ficassem ousados. Foram descobertas várias notas para o mesmo serviço. Por exemplo cobrou-se pelo serviço de instalação de pára-raios na residência oficial do Governador, o valor de 870 mil reais. O custo desse serviço não passa de 10 mil reais. E como se não bastasse, o mesmo serviço aparece pago quatro vezes, ou seja, um pára-raio custou três milhões e quatrocentos e oitenta mil reais.

O que causa espécie é que todas as movimentações financeiras mais significativas entre as referidas empresas e o Instituto



Candango eram feitas em uma agencia do BRB localizada na Avenida Goiás, na cidade de Goiânia, sendo que os saques, envolvendo milhões de reais, sempre foram feitos em dinheiro vivo. Desta feita os saqueadores do dinheiro público foram previdentes. Sacaram o dinheiro em espécie para posteriormente guardá-lo sabe-se lá onde, já prevendo que seriam descobertos e obrigados a devolver o dinheiro usurpado. Dificultaram ao máximo a futura localização desse dinheiro.

Estas denúncias não são novas. Desde 1999 o Instituto Candango vem sendo usado para desvio de dinheiro público, sendo imperativo que esta Casa Legislativa faça valer suas prerrogativas constitucionais de órgão fiscalizador e algoz da desídia com que certos administradores públicos tratam o dinheiro do povo.

Evidentes são os indícios de sobreposição do interesse particular sobre o interesse público, ante as ilegais e imorais atitudes de uso das funções públicas com finalidades político/eleitorais.

Os atos impugnados feriram mortalmente a legislação pátria. Se as irregularidades estão amplamente demonstradas, por certo também estão as afrontas aos princípios da legalidade, impensoalidade e da moralidade previstos no art. 37 da Constituição Federal.

O Poder Legislativo Distrital, que de acordo com o compromisso firmado por todos os parlamentares, na primeira sessão legislativa do corrente ano, de se empenharem na reconstrução da imagem da Câmara Legislativa do Distrito Federal, achincalhada por acontecimentos lamentáveis em fins da legislatura passada, tem a obrigação legal e moral de investigar estas denúncias. Deve ele, como já se constituiu em outros momentos, ser o instrumento eficiente para estancar, mais uma vez, esta conduta criminosa no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Por esta razão, buscando o fortalecimento das ações do Poder Legislativo Distrital em sua ação fiscalizadora, espera-se o apoio de

PROTOCOLO LEGISLATIVO
n.º 72, 03
n.º 26
115. n.º

Q

todos os parlamentares, que não temem uma investigação séria e não têm nada a temer, na aprovação do presente requerimento.

Sala das sessões, 03 de fevereiro de 2003.

Dep. CHICO VILANTE - PT

Dep. PAULO TADEU - PT

Dep. CHICO FLORESTA - PT

Dep. AUGUSTO CARVALHO - PPS

Dep. ANILCÉIA MACHADO - PSDB

Dep. BENÍCIO TAVARES - PTB

Dep. FABIO BARCELLOS - PL

Dep. GIM ARGELLO - PMDB

Dep. JORGE CAUHY - PFL

Dep. JÚNIOR BRUNELLI - PPB

Dep. JOSÉ EDMAR - PMDB

Dep. ARLETE SAMPAIO - PT

Dep. ÉRIKA KOKAY - PT

Dep. CHICO LEITE - PC do B

Dep. PENIEL PACHECO - PSB

Dep. ELIANA PEDROSA - PL

Dep. EURIDES BRITO - PMDB

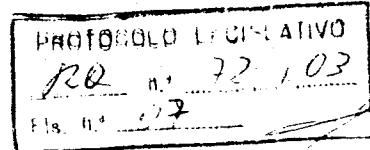
Dep. WIGBERTO TARTUCE - PPB

Dep. ODILON AIRES - PMDB

Dep. CARLOS XAVIER - PTB

Dep. IZALCI LUCAS - PFL

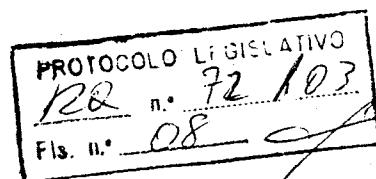
Dep. LEONARDO PRUDENTE -



PMDB

Dep. RÔNEY NEMER – PTB

Dep. PEDRO PASSOS – PTB



BRASIL

O CANARIO

Foto: Sérgio Dutti/ÉPOCA

A ROTA DO DINHEIRO

Segundo o Ministério Público, o esquema tinha quatro estágios

GOVERNO
DO DISTRITO
FEDERAL

INSTITUTO
CANDANGO DE
SOLIDARIEDADE

ADLER

codeplan
CORPO DE PLANEJAMENTO, DE PLANEJAMENTO

OFÍCIO N° 2737 /2001-PRESI

Brasília-DF, 14 de setembro de 2001

Senhor Gerente,

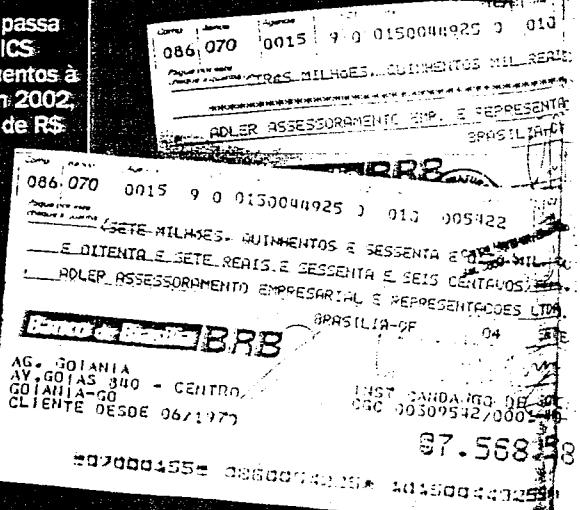
Dirigimo-nos a Vossa Senhoria para solicitar que seja depositado de nossa conta corrente nº 212-900.001-5, BRB, o valor de R\$ 904.621,75 (novecentos e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos), a creditar a favor do INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS, C/C 015-004492-5, para pagamento das NFs 3015-3436 a 3442-3503 a 3504. Proc.121 165638/2001.

Atenciosamente,

Durval Barbosa Rodrigues
Diretor - Presidente

Danton Eitter Nogueira
Diretor Adm. Financeiro
(respondente)

A Codeplan passa
dinheiro ao ICS
para pagamentos à
Adler. Só em 2002,
foram mais de R\$
16 milhões.



KA SECRETO DE

**COM FUNDOS
Movimentação
millionária
através de
uma ONG
para contratar
pessoal e
serviços**

EXPEDITO FILHO, ANDREI MEIRELES
e TINA VIEIRA

No último domingo, duas equipes da Polícia Federal, acompanhadas por dois procuradores e uma promotora do Ministério Público, permaneceram por três horas nos prédios das empresas Adler - Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. - e LinkNet Informática Ltda., em Brasília. Eles tinham em mãos um mandado de busca e apreensão, concedido pela Justiça Eleitoral, que permitia vasculhar todos os arquivos, cofres e gavetas das duas empresas. Quando deixaram a Adler e a LinkNet, policiais e procuradores tinham em seu poder uma vasta documentação. São cópias de cheques de milhões de reais, contratos milionários, extratos bancários, notas fiscais e fluxogramas ►

Brasília DF, 12 de Julho de 2002

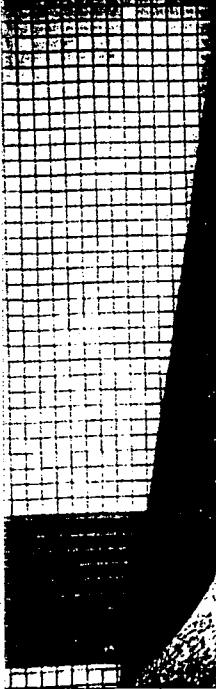
Referência: Obra SIA - Comitê Governador Joaquim Roriz

Parte do dinheiro é usada na montagem dos comitês de Roriz e Abadia

QUADRO RESUMO DA OBRA

REQUISIÇÃO DE MATERIAL

PROTOCOLO LEGISLATIVO



6
1

Sergio Dutra/VEJA

sigilo no Banco de Brasília (BRB). Na sede da Adler, os procuradores encontraram minuciosos registros dos gastos feitos pela empresa na campanha de Roriz, embora ela não apareça nem como financiadora, nem como fornecedora de serviços na prestação oficial de contas de campanha apresentada à Justiça Eleitoral pela coligação do governador. Estavam dentro de uma pasta em que o cabeçalho apontava como cliente a "Codeplan/comitê SIA". Faziam referências às despesas na montagem do principal comitê de campanha de Roriz, instalado no setor de indústria de Brasília (o SIA), e à Companhia de Desenvolvimento do Planalto (a Codeplan), empresa do governo local. Por meio do ICS, a Codeplan repassou uma fortuna para a Adler nos meses anteriores à eleição para governador de Brasília. Apenas entre junho e outubro, foram R\$ 16,2 milhões a pretexto de pagamento de serviços que incluiam um pouco de tudo – desde trabalhos gerais até a instalação de redes elétrica e de transmissão de da-

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social - PRODPP

Termo de Declarações que prestam o Senhor ERNESTO
CALVET DE PAIVA CARVALHO, nascido aos 26/10/1952,

devidamente contabilizados na forma de distribuição de lucros"; QUE o declarante informa que aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) encontram-se guardados; QUE o declarante informa que não depositou o valor supracitado em nenhuma instituição financeira, estando o dinheiro em local seguro; QUE a cifra mencionada acima está em espécie, isto é, em reais; QUE o declarante informa que guarda o dinheiro em local seguro por medo de um confisco que possa ocorrer em decorrência do próximo governo federal, a exemplo do que ocorreu no governo Collor de Mello; QUE o declarante informa que não tem nenhum

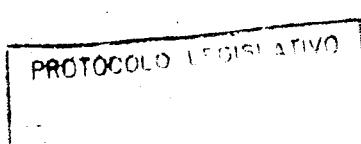
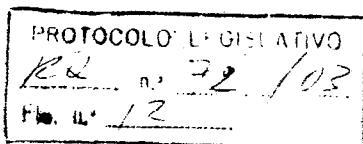
dos e voz. Somando tudo o que a Adler recebeu do ICS nos últimos dois anos, a conta chega a R\$ 22,6 milhões.

A suspeita do MP é que a maior parte desses serviços ou não foi executada, ou foi superfaturada para encobrir o desvio de dinheiro. Nas notas fiscais emitidas pela Adler para o ICS apreendidas pela Polícia Federal, chamaram a atenção dos procuradores as referentes à "instalação de proteção contra descargas atmosféricas" na residência oficial do governador Roriz. São quatro notas

emitidas entre 8 de agosto e 4 de setembro, num total de R\$ 870 mil, em que se cobra pelo mesmo serviço. "Deve ser o pára-raios mais caro do mundo", ironiza o procurador Franklin Rodrigues da Costa. Além do preço, outro fato despertou a curiosidade do MP. Os quatro pagamentos foram feitos sob o guarda-chuva do "contrato de prestação de serviço nº 001A/2001", entre o Instituto Candango e a Adler, que estava revogado havia quase seis meses – desde 28 de fevereiro de 2002. A história desse contrato, por si só, é bastante peculiar. O acordo foi celebrado em janeiro do ano passado pelo valor inicial de R\$ 2 milhões. Três meses depois, sofreu um aditivo e pulou para R\$ 5 milhões. Em janeiro de 2002, um segundo aditivo tratou de elevar seu custo para R\$ 10 milhões. Em 28 de fevereiro, ICS e Adler resolveram cancelá-lo por causa de sua "inviabilidade". ►

EM ESPÉCIE

Em depoimento, dono da Adler alegou medo de confisco para guardar R\$ 10 milhões em dinheiro vivo fora dos bancos





PISTAS

A PF investiga as ligações entre Codeplan, LinkNet e as urnas falsas: objeto de desejo do grileiro Pedro Passos

Carlos Eduardo/BG Press

No dia seguinte, voltaram a assinar, no entanto, outro contrato, o de nº 001A/2002, no valor de R\$ 14 milhões. Graças a essa matemática, os balanços da Adler mostram que a empresa é um exemplo de prosperidade. Seu lucro líquido saltou de R\$ 98.873,79 em 1999 para R\$ 12,5 milhões em 2001.

Na gestão dos recursos financeiros, a Adler usa métodos heterodoxos. O ICS pagava a empresa com cheques de sua conta 0150044925 na agência do BRB de Goiânia – e eles eram sacados pela Adler em espécie na boca do caixa. Um deles, no valor de R\$ 3,5 milhões, foi descontado em 22 de outubro, cinco dias antes do segundo turno da eleição para governador, num pequeno posto bancário do Hospital de Base de Brasília. Era tanta grana que o dinheiro só foi liberado, com recursos captados em outra agência do banco, depois de ter recebido o endosso da gerente-geral do BRB, Vânia Aragão Alves Duarte. Na terça-feira, em depoimento ao MP, o engenheiro Ernesto Calvet de Paiva Carvalho, um dos dois donos da Adler, ao ser indagado sobre onde está o dinheiro da empresa recebido do instituto nos últimos três meses da campanha eleitoral, apresentou uma explicação inusitada para a transação. Disse que guarda mesmo R\$ 10 milhões em dinheiro vivo em local seguro. Justificou: tinha medo de que, depois da vitória e da posse no Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva fosse capaz de decretar um confisco semelhante ao de Fernando Collor em 1990. Até setembro de 2002, Calvet aparecia nos arquivos do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) como responsável técnico tanto da Adler como da Codeplan.

A outra empresa vasculhada pela Polícia Federal, a LinkNet Informática, também foi aquinhoadada com generosos recursos transferidos pelo Instituto Cândango de Solidariedade. Neste ano, foram R\$ 36,5 milhões – R\$ 18,5 milhões só em outubro, o mês das eleições. É uma dinheirama e tanto, quan-

Motivos para medo

A PF investiga a LinkNet no caso das urnas eletrônicas falsas apreendidas em Brasília

A LinkNet está sendo investigada pela Polícia Federal em outro caso ocorrido durante a campanha eleitoral em Brasília. A empresa está sob a suspeita de ter falsificado urnas eleitorais eletrônicas apreendidas pela PF no Distrito Federal. O uso de simuladores de votos por candidatos interessados em ensinar os eleitores a votar é permitido, desde que sejam utilizados modelos fornecidos pelos tribunais eleitorais. O lote encontrado em Brasília não saiu do TSE – e as máquinas estavam programadas para treinar apenas votos nos candidatos da coligação de Roriz.

O uso das urnas foi discutido em conversas telefônicas gravadas com autorização judicial, que estão sendo analisadas pelo Ministério Públíco. Em uma das conversas, às 12h06 do dia 26 de agosto, o deputado distrital eleito Pedro Passos, acusado de liderar o esquema de grilagem no Distrito Federal, fala sobre a aquisição do equipamento com Aberones Silva, diretor de informática da Codeplan. No diálogo, Aberones informa a Passos que conversou com Edmar Braz, um dos coordenadores de

campanha de Roriz, sobre as urnas. "Mas, olha aqui: eles estão comprando muitas lá pro governador. Eu querido é que ele ceda pra nós, pô", reclama Passos.

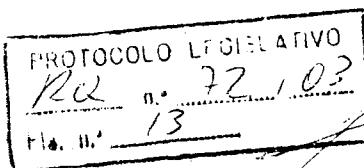
Aberones trabalhou com Passos na campanha e é apontado pelo Ministério Públíco Eleitoral e pela PF como o responsável pela montagem das falsas urnas. De acordo com o MP, ele também é um homem de confiança de Durval Barbosa, presidente da Codeplan, outro alvo das investigações da força-tarefa federal. No dia seguinte à reportagem em que ÉPOCA revelou diálogos entre Passos, o desembargador Wellington Medeiros, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e o ex-secretário de Comunicação Welington Moraes, Durval telefonou para a residência do governador Roriz. Conversou com o empresário e lobista Fábio Simão. Eis um trecho do diálogo:

Fábio – Tudo jóia.

Durval – Tá tudo... Depois dessa revista aí.

Fábio – Daí, como é que você está vendendo isso?

Durval – Ora... Com um medo do c., viu?



Ofício N° 306/2002

Brasília, 13 de novembro de 2002

do se recorda que a campanha presidencial de Lula saiu por R\$ 33 milhões. Um dos serviços prestados ao instituto pela empresa especializada em informática foi o aluguel de uma frota de 55 carros, de maio a novembro deste ano, para uso de secretarias e empresas do governo do Distrito Federal. Durante a campanha, os carros alugados pela LinkNet foram flagrados cobertos de adesivos da campanha de Roriz. Um Fiat Strada, teoricamente destinado a serviços de limpeza, chegou a ser apreendido pela Polícia Federal no dia do primeiro turno da eleição com um farto material de campanha. No depoimento, o motorista Wilthon Carlos Oliveira não revelou que o veículo estava alugado para o governo por R\$ 16 mil. Limitou-se a dizer que o carro pertencia à LinkNet. Posteriormente, a empresa apresentou à polícia um contrato de aluguel do automóvel em nome do motorista. No domingo, a farsa caiu por terra: documentos encontrados na LinkNet confirmam não só que o Fiat foi alugado para o governo do Distrito Federal, mas também que a empresa repassou para o Instituto Candango a cobrança de pagamento de uma multa imposta pelo Detran.

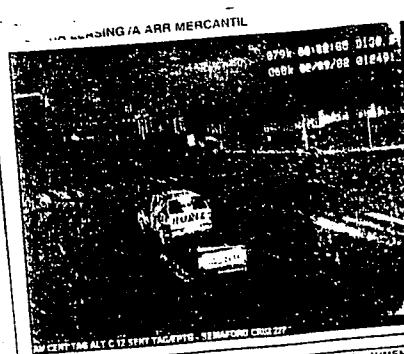
A nova ação proposta pelo MP para a cassação do registro da candidatura de Roriz será a quarta a ser recebida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Antes, o governador já fora denunciado por abuso de poder econômico e até uso de policiais civis na campanha. Antigos aliados de Roriz também estão enrolados em denúncias de envolvimento com a máfia da grilagem de terras públicas na capital federal. Os assessores do governador alegam que não surgiu até agora nenhuma prova de envolvimento direto de Roriz nas irregularidades. Também dizem que o PT, vencido no segundo turno por uma diferença de pouco mais de 15 mil votos, estaria por trás das acusações. Ouvido por ÉPOCA, um assessor de Roriz, o jornalista Paulo Fona, afirma que

INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
Att. Sr. HILTON RODRIGUES VIEIRA - Coordenador: Executivo de Contratos
Nesta

Prezado Senhor,

Informamos que o automóvel abaixo relacionado foi multado (conforme cópia anexa) por estar em velocidade superior a permitida para o local, segue abaixo descrição da mesma:

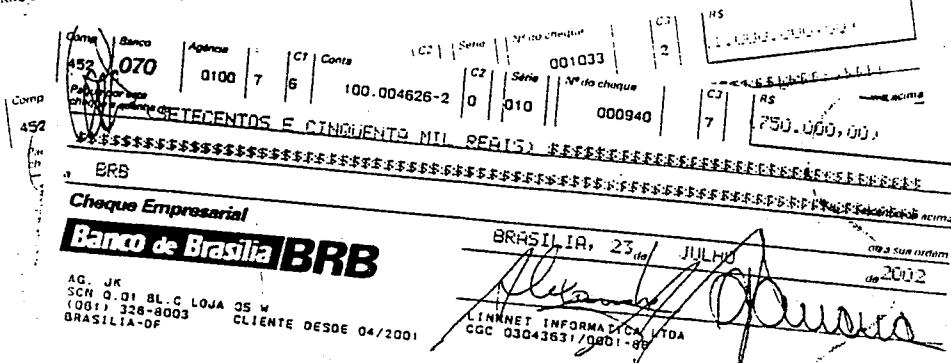
- Modelo: Strada Working
- Placa: JGD2676
- Data da multa: 28/09/2002
- Horário: 02:17h
- Número auto de infração: Q000240074
- Valor total da multa: 127,69
- Valor c/desconto: 102,15



INFORMAÇÕES DA MULTA	
INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	
PLACA	JGD2676
DATA	28/09/2002
VALOR	127,69
VALOR C/D	102,15

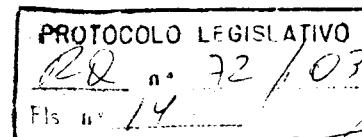
INFORMAÇÕES DA MULTA	
INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	
PLACA	JGD2676
DATA	28/09/2002
VALOR	127,69
VALOR C/D	102,15

FLAGRANTE A LinkNet também sacou quantias milionárias. Alugou para órgãos públicos carros que foram surpreendidos no transporte de material de campanha e ostentavam adesivos pró-Roriz



as denúncias "não passam de persecuição política do procurador Franklin Rodrigues". Segundo Fona, "não se usou dinheiro do governo do Distrito Federal na campanha". Quanto aos automóveis alugados com dinheiro público e que exibiam material de propaganda eleitoral, o jornalista alega que "não há como controlar o uso de adesivos eleitorais mesmo em carros utilizados pelo governo". Sobre o fato de a Adler não figurar na lista de empresas, Fona diz: "Vale o que está no tribunal. A Adler não prestou serviços". Isso é irregular, e pode até

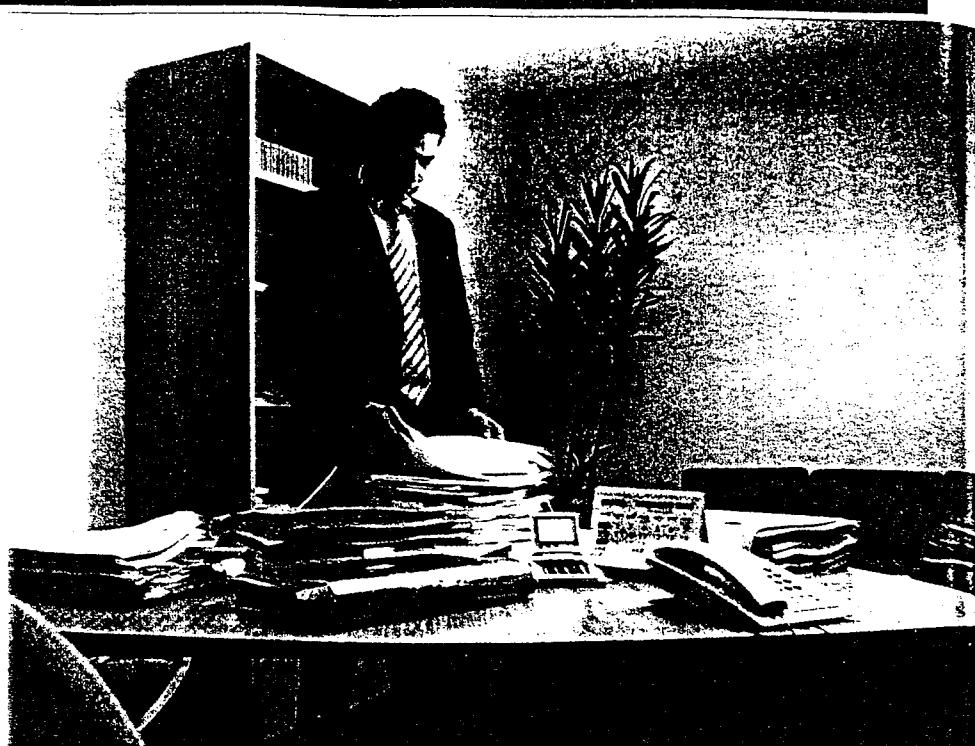
characterizar crime eleitoral. Fona admite que a LinkNet colaborou com R\$ 120 mil. O esforço de politizar as investigações é natural num conflito dessa natureza. O mais adequado, contudo, é apurar a consistência das denúncias. "Se as provas são verdadeiras, não há dúvida de que se trata de abuso de poder político e econômico", diz Reginaldo Castro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Espero que os membros do TRE julguem o fato seguindo as provas, e não atendendo a interesses políticos que possam existir." ■





FORÇA-TAREFA

Santoro vai pedir processo criminal contra Roriz no STJ. Rodrigues (à dir.) prepara ação de crime eleitoral



Sergio Dutti/EPoca

financeiros. Até mesmo técnicos experientes da Receita se assustaram com o que viram. Para os procuradores envolvidos na operação, os documentos provam a existência de um esquema de desvio de recursos públicos para financiar a campanha de reeleição do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Baseado nos papéis apreendidos, o procurador do Ministério Público Eleitoral, Franklin Rodrigues da Costa, prepara uma ação em que pede a cassação do diploma de governador recebido por Roriz na quinta-feira, bem como da vice, Maria de Lourdes Abadia. O subprocurador José Roberto Santoro, chefe da força-tarefa que investiga a grilagem de terras no Distrito Federal, também vai encaminhar um pedido ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para processar Roriz criminalmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo o MP, o esquema do desvio de dinheiro público para a campanha de Roriz tinha quatro pontas. Entre os documentos apreendidos há papéis que mostram que as duas empresas trabalharam para a campanha eleitoral do governador. A Adler foi responsável pela montagem dos principais comitês de Roriz e de Maria Abadia. Fez gastos com a edificação dos comitês e a compra de equipamentos, móveis e outros materiais de trabalho. Já a LinkNet, entre outros serviços, alugou carros que deveriam servir a órgãos do governo do Distrito Federal, mas foram usados por cabos eleitorais de Roriz. Os serviços das duas empresas foram pagos pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), uma entidade civil de Brasília criada sob o patrocínio do governo local para contratar de forma terceirizada serviços e pessoal, driblando as exigências

legais de concurso público e licitação. O Instituto Candango é uma associação de direito privado, mas na prática sobrevive quase inteiramente de repasses de recursos por órgãos do governo do Distrito Federal, segundo admitiu em depoimento ao Ministério Público seu presidente, Adilson de Campos Queiroz. Em seus quadros a entidade mantém 10.500 funcionários, que, na verdade, prestam serviços a órgãos públicos. A relação com a administração Roriz é tão próxima que dois diretores do ICS são indicados pelo Poder Executivo do Distrito Federal. O penúltimo presidente declarou em ata, momentos antes de renunciar, que só conseguira o cargo graças à indicação de Weslley Peles Roriz, a mulher do governador. "Os recursos saíram do governo do Distrito Federal, passaram pelo instituto e tiveram como destino as duas empresas com o objetivo de ajudar a financiar a campanha de Roriz", acusa o procurador Franklin Rodrigues da Costa.

O caminho do dinheiro foi revelado à promotora eleitoral Maria José Miranda por um informante mantido sob sigilo e confirmado pelos documentos apreendidos nas duas empresas e pelos cheques obtidos com a quebra de

DE ADLER PARA ADLER Cheque de R\$ 1 milhão: movimento alto em posto bancário de hospital

